

FOOT, John (2022). *Blood and Power. The Rise and Fall of Italian Fascism*. Londres: Bloomsbury Publishing, 416 pp., ISBN: 978-I-4008-9794-2.

No oceano historiográfico versando o fascismo italiano, a obra recente de John Foot procura constituir-se como um contributo original, uma vez que “tells the story of 1920s and 1930s largely through the stories of real people: fascists, anti-fascists, socialists, communists, anarchists” (p. 3). Neste sentido, acrescenta o autor, “violence is a central theme. This book depicts victims, perpetrators and bystanders” (p. 3). Tratar-se-á, então, de uma história social ou de uma história da vida privada? Uma prosopografia?

Na verdade, fazendo por vezes uso de um registo descritivo, ao mesmo tempo que convoca testemunhos e atores menos conhecidos – mesmo que algumas páginas não se furtem a deixar de privilegiar os *ras* e os hierarcas do regime, assim como opositores famosos –, Foot compõe um mosaico complexo e fascinante de “ascensão e queda”. Se, até certo ponto, podemos pensar nos trabalhos de Antony Beevor, devido à estruturação em grandes quadros e ao engenho narrativo, o certo é que este estudo também escapa ao esquema mais tendente à contabilização das vítimas, apanágio dos “livros negros” – do mesmo modo que enjeita a mera inclusão no campo dos estudos político-ideológicos ou sociológicos. Estamos, pois, perante um regresso ao “humano”, através de uma construção fragmentada que reflete a vida e as contingências da vida, mas também a própria ideia de recordação e memória(s) entrecortada(s) a partir de fotografias não datadas, de páginas de diário sem continuidade lógica, de cartas com passagens ilegíveis e de momentos marcantes que obscurecem o vagar monótono do quotidiano.

Professor da Universidade de Bristol e autor de obras que giram em torno do desporto e da política, como *Calcio: A History of Italian Football* (2007) e *Pedalare! Pedalare! A History of Italian Cycling* (2011), Foot propõe uma análise cindida em capítulos de extensão muito variável. Assim, “A Second Red Year 1920” conta apenas três páginas, ao passo que “The March on Rome: October-November 1922” ocupa 24 páginas. Decerto que a relevância dos temas não explica, por si só, a aparente disparidade. Esta funciona antes como um expediente estrutural e estilístico, capaz de conceber certos momentos como uma sorte de antecâmaras de outros, do mesmo modo que sublinha os períodos de maior percepção da violência como arma política de destruição e de intimidação. Daí que mais de um terço do livro aborde o lapso que vai de 1911, início da Guerra Ítalo-Turca, até 1922, data da Marcha sobre Roma e do consequente empossamento de Mussolini como chefe de governo. Neste

particular, o autor assevera a importância do belicismo (e da violência), argumentando que “Fascists judged Italians through their attitude to [the First World] War” (p. 9). Veja-se que, em 1911, o futuro *Duce* afinou pelo diapasão da não-intervenção, tendo a sua adesão ao “partido da guerra”, em 1914, desencadeado a conhecida expulsão da liderança do *Avanti*.

Com poucas alusões às raízes profundas do fascismo e aos autores por norma listados como referências decisivas, casos de Nietzsche e Sorel, entre outros, Foot passa antes em revista uma miríade de percursos biográficos, por vezes interrompendo-os e retomando-os alguns capítulos mais adiante. Tal opção permite entretecer muitas vidas alteradas, suspensas e destruídas ou, no espectro oposto, beneficiadas com a chegada do fascismo ao poder.

Os primeiros capítulos centram-se na participação da Itália na Grande Guerra e nas fissuras que esta abriu na sociedade, começando por abordar, justamente, as ondas de choque provocadas pela derrota na Batalha de Caporetto, em 1917 (p. 28-30). De igual modo, o autor contrapõe a agitação social e política do operariado e do campesinato, durante o *Biennio Rosso* de 1918-1919 (p. 38-51), à implacável violência fascista do *Biennio Nero* de 1920-1921 (p. 53-106). Recorde-se que este último foi marcado pela resposta contundente do *squadrismo*, cuja brutalidade se abateu sobre organizações sindicais, jornais e partidos de esquerda, assim como sobre as personalidades e as classes trabalhadoras protagonistas do *Biennio Rosso*. Vale a pena aqui sublinhar o alcance dessa violência, tanto mais que, à época, o movimento/regime fascista chegou a ser encarado em alguns meios liberais com alguma simpatia. Neste sentido, duas passagens são ilustrativas, como que se complementando. Enquanto a primeira resume, em poucas palavras, o longo ocaso do parlamento a partir de 1919; a segunda traça um quadro vívido de um bando esquadrista, presumindo-se que partir de uma fotografia numerada no livro como “Fig. 7”:

Over the next few years, *every single one* of those 156 socialist deputies (and many Catholics and liberals) would suffer violence at the hands of nationalists, fascists or the police. One would be murdered by fascists. Many were beaten on numerous occasions; a number would suffer serious injury, be forced out of their homes and escape to exile (p. 42).

Thirty to forty men, all standing. Most are looking straight at the camera. They all seem young, and there is a small boy in the front. All are in uniform, but not all the uniforms are the same. Most are wearing black shirts. One is on a bicycle. Some have hats. One has a bugle. Many have guns. Others are carrying cudgels, long sticks, metal truncheons. Some have helmets. Most

are clean-shaven, although some have moustaches. None have beards. This is a fascist squad, ready to go out on a ride (p. 53).

Se a chamada “Marcha sobre Roma” é discutida, uma vez mais, à luz da falência das instituições, do apoio de alguns setores oriundos das classes médias e da burguesia, o certo é que o autor atribui boa parte do ónus ao facto de o monarca, Vítor Emanuel III, ter recusado decretar o estado de sítio, acionando o exército (p. 118-119). Daí a relação (numericamente desfavorável) que grande parte dos livros sobre o tema estabelece entre as forças fascistas convergindo sobre a capital e os militares aí presentes. Seja como for, os capítulos seguintes, intitulados, quase todos, pelo ano, a saber “1923” e “1924”, atestam a institucionalização da violência e o apagamento definitivo dos últimos baluartes democráticos, como o parlamento. Neste âmbito, o assassinato de Giacomo Matteotti, quase sempre analisado a partir da dimensão do abalo que provocou junto das hostes de Mussolini, é aqui encarado como símbolo do “martírio” da oposição e, em última análise, da sociedade como um todo e nas suas múltiplas individualidades (p. 149-159).

Por sua vez, os tópicos seguintes, delimitados pelos anos de 1925 e 1929, destacam algumas tentativas levadas a cabo no intuito de tirar a vida a Mussolini, a perseguição dos adversários políticos no estrangeiro e uma certa normalização do regime, para a qual também concorreram os Pactos de Latrão com a Santa Sé (p. 161-195).

Apesar de assaz esquemáticos, os capítulos que abarcam os anos 30 acentuam três elementos: em primeiro lugar, o modo como o regime se comemorou a si próprio, com destaque para as festividades em torno do primeiro decénio da “revolução fascista” (p. 198-199). De igual modo não se perde de vista o papel do desporto e os pormenores sociológicos acerca dos Mundiais de Futebol de 1934 e de 1938 (p. 216-223), ambos ganhos pela Itália, e da trajetória do pugilista Primo Carnera (p. 205-207) – indo, deste modo, ao encontro de um tema de investigação caro a John Foot.

Em segundo lugar, é retomado o tema do antifascismo a partir do prisma das “odysseys and journeys” (p. 199-204). Em terceiro, dá-se conta da aproximação de Mussolini a Hitler e as consequências daí advindas: o Pacto de Aço e a consequente participação na Segunda Guerra Mundial (p. 243-298), assim como a publicação das leis antisemitas de 1938, ainda que Foot descortine a persistência deste ódio racial desde os primórdios do fascismo (p. 225-241).

Aliás, este último terço do livro, com a tónica posta na “queda”, resulta como uma espécie de espelho invertido. O fascismo, nascido no rescaldo da Primeira Guerra Mundial, iria tombar no contexto de novo conflito total, ainda que com

um longo cortejo de sombras e fantasmas: a guerra civil, a República de Saló, a execução de Mussolini e o seu simbolismo – talvez a parte do livro que, mais consistentemente, aborda diretamente o *Duce* (p. 281-293). Por seu lado, a problemática do “depois” ocupa o derradeiro capítulo: os que regressaram, os que não sobreviveram e os que se (re)integraram, a despeito das suas ligações ao regime (p. 299-315).

Cumprido, pois, ao epílogo retomar a questão do “eterno retorno” do fascismo, analisando as manifestações do pós-guerra, o legado e os “avatares” do *duce*. Decerto que essas cinco páginas não resultam suficientes para tecer considerações profundas acerca de um passado próximo, mediado por Berlusconi, e um presente fluído (ainda) em redor de Trump (p. 317-321). E, ecoando Martin Niemöller a respeito do nazismo, quer dizer, voltando a fazer uso do mecanismo do espelho, o autor conclui: “the bystanders, the onlookers, those who watched ‘with indifference’ [...] were central to the rise of the blackshirts. A lesson, perhaps, that can be applied to today’s world” (p. 321).

SÉRGIO NETO

Universidade de Coimbra, Centro de Estudos Interdisciplinares (CEIS20/UC)

sgdneto@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-9737-0029>

